



Anais da Assembléia

N.º 112

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1.979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1.979

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados João Elísio e Tadeu Lúcio Machado.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidélcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Juran-dir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (57), achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado voto de regozijo ao Presidente da Chapa Universitária Sr. WALDOMIRO KLUSKA e membros de sua Diretoria eleitos, para o Diretório Acadêmico da FECIVEL - CASCAVEL.

A presente solicitação, prende-se ao fato do esforço do mesmo em prol da classe estudantil daquela região, tendo em vista não só o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do ensino como tal, mas ainda, da classe estudantil como fator de integração.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, na forma do Regimento Interno, REQUEREM a manifestação de regozijo e congratulações da Casa, junto ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, por ter designado o ilustre Deputado Norton Macedo Correia para integrar, como observador parlamentar, a Delegação Brasileira que abrirá os trabalhos da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Esse fato reveste-se de especial importância, pois é o ilustre Parlamentar paranaense uma das mais destacadas figuras do

Congresso Nacional, onde exerce atuação das mais lúcidas e independente.

Solicita ainda, que da aprovação deste, se dê conhecimento ao Deputado Norton Macedo.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho e Erondy Silvério.

Apoio: Augusto Carneiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando informações com respeito a atividades da direção administrativa da FUNDEPAR:

1) Compete ao diretor administrativo da FUNDEPAR a nomeação de funcionários ou escolha dos elementos para assumir cargos junto ao órgão?

2) Compete ao diretor administrativo da FUNDEPAR a contratação de obras?

3) Em caso de resposta negativa, a quem compete estas decisões?

4) Em caso de resposta positiva, informar quantas nomeações foram feitas, quais e quantas obras contradas.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Para melhor subsidiar futuros pronunciamentos, evitando pronunciá-los com injustiças, estamos requerendo este pedido de informações.

O presente pedido foi elaborado após verificar no jornal Diário Popular, edição de domingo, dia 23 de setembro último, sérias denúncias contra atividades da FUNDEPAR, geradas pelo seu Departamento Administrativo. Naturalmente as respostas deverão trazer luz ao caso, esclarecendo os fatos.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, primeiro orador inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo esta tribuna apenas para registrar e deixar nos Anais da Casa, o teor completo do requerimento que faço, pedindo que seja encaminhado ofício ao Sr. Petrônio Portella, Ministro da Justiça, alertando para problemas da violência que está sendo usada pelos homens da segurança pessoal do Presidente da República, João Baptista Figueiredo. E pedindo que medidas enérgicas sejam tomadas visando resolver tal tipo de problemas. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro da Justiça, PETRÔNIO PORTELLA, alertando para a violência que vem sendo utilizada pelos homens que cuidam da segurança pessoal do Presidente da República, e pedindo providências para resolver tal tipo de problemas.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

A insegurança e o temor são presenças constantes na vida do brasileiro, submetidos a um conjunto de leis de exceção e

um custo de vida realmente assustadores. Não podemos silenciar quando observamos fatos deprimentes como os praticados pelos homens que são responsáveis pela segurança do Presidente da República do Brasil.

Cenas reveladas pelas imagens de televisão mostram a brutalidade como estes homens retiram um repórter de ação ou evitam uma aproximação ao Chefe da Nação, destruindo totalmente a tentativa de se criar uma imagem popular a João Baptista Figueiredo. Mas, fora do vídeo, a coisa ainda é mais grave, com fatos que lamentamos terrivelmente, como o ocorrido com a jovem jornalista Maria Eduarda Bernardi, da TV-Itacolomi de Belo Horizonte, quando fazia a cobertura presidencial no Aeroporto de Pampulha. Ela sofreu uma cotovelada de um agente da segurança de Figueiredo. Grávida de três meses, a repórter sentiu-se mal e abandonou o trabalho. Mais tarde foi submetida a um aborto, pois o feto havia morrido. Esta moça sofreu hemorragias por mais de cinco dias. Nesse mesmo dia, (5 de setembro p.p.), a segurança do Presidente feriu o operário Ari Dionísio Ribeiro, que tentou furar o cerco para falar com o Presidente. O servente foi levado pelos mesmos agentes, para os fundos do prédio da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, sofrendo bárbara agressão, ocasião em que teve sua dentadura quebrada.

E a tristeza que invade a nossa alma, é aquela que tortura a consciência democrática do povo brasileiro, ao assistir desalentado, crises de indignação que varrem até as maiores reservas da indiferença.

SEGURANÇA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Sabemos da responsabilidade destes agentes, mas também compreendemos o valor da imprensa e a disposição de um repórter em transmitir uma mensagem presidencial. Se perguntar não ofende, ficamos admirados em notar que elementos da imprensa são agredidos, ofendidos e até mesmo impedidos do exercício da função pelo crime de ter arriscado uma pergunta ao Chefe da Nação ou tentando dele se aproximar. Se autoridade não possuímos para alterar esta caminhada, resta-nos a tribuna da Assembléia, Casa do Povo, para registrar esses fatos, pedindo providências por parte das autoridades competentes.

Esse, o teor do requerimento, ao qual peço apoio aos prezados Companheiros, porque o douto Plenário desta Casa é soberano em suas decisões.

E é importante que a imprensa toda fique unida, realmente, nesta grita contra atitudes da segurança do Sr. Presidente da República, porque, da forma como têm se comportado certos agentes da Segurança, exorbitando inclusive da autoridade que lhe compete, não é admissível.

Temos então, que protestar, clamando ao Sr. Ministro da Justiça, para que tome uma providência enérgica e imediata, para regularizar esta situação.

Ontem, em Minas Gerais, em Porto Alegre, em Recife; amanhã, quem sabe, no Paraná.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SE. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado João Elísio, segundo orador inscrito.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Velho sonho dos paranaenses é ver um filho desta terra integrando os tribunais mais altos da Nação.

Neste sentido possui grande envergadura a campanha encetada pela "Gazeta do Povo", objetivando que um paranaense seja alçado a lugar de destaque nas mais altas Côrtes de Justiça do País.

Indubitavelmente, trata-se de uma das campanhas mais lídicas e que nenhum paranaense pode se furtar de trazer a sua contribuição.

Com efeito, Curitiba de longa data é conhecida como a Coimbra brasileira, com características marcantes de centro de estudos e saber, cujo eco vai além das fronteiras.

Cumprir destacar o desconhecimento de outras plagas onde haja um sobrepujamento desta caracterologia.

Sobretudo a marca foi expressa por ocasião em que era o único centro estudantil por excelência no Paraná.

Para, aqui, convergiram jovens de todos os recantos do Brasil, e sobretudo, das diversas regiões do Estado.

Todavia, nas últimas duas décadas surgiram novos polos de cultura em nosso interior, sempre conservando elevados padrões de ensino.

Situação que veio consolidar o conceito do Paraná, nas diversas ciências e artes.

Dentre elas, inquestionavelmente a área jurídica, ocupa um papel destacado.

Ao longo dos anos, vários nomes têm obtido realce, alvos de citações por parte de outras ilustres figuras desta área.

Todavia, em contraposição não temos obtido o reconhecimento equivalente.

No entanto, observamos, sem desdouro a ninguém, que Estados com menor peso jurídico e político se fazem ouvir.

Sem dúvida, a situação que parece confirmar a nossa timidez em reivindicar, aliado ao quase desinteresse que o assunto vem merecendo por parte da área política.

Assim, reputamos como das mais oportunas a campanha deflagrada pela "Gazeta do Povo", à qual nos incorporamos, oferecendo o melhor dos nossos esforços.

Sem dúvida, só uma comum união de todos os paranaenses em torno do objetivo, principalmente das mais altas autoridades, levará à concretização do ideal.

Por conhecermos o elevado espírito público dos integrantes desta Casa, nesta como em outras oportunidades reputamos que a medida consubstancia o pensamento da totalidade dos Deputados". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas enviando à Mesa, à apreciação da Casa, um expediente do Secretário de Estado do Interior, Sr. Renato Antônio Johnson, solicitando providências à SUREHMA. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado do Interior, Renato Antônio Johnson, solicitando providências com relação à atuação da SUREHMA — Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente, no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1979.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Não é de hoje que a imprensa vem alertando as autoridades competentes, com relação à poluição nos rios e córregos do Município de Londrina. A população daquela região tem consumido produtos horti-granjeiros totalmente contaminados pela poluição. Hoje mesmo, doze hortifrutigranjeiros deram entrada no Fórum de Londrina de uma ação indenizatória, por danos e prejuízos. São pequenos chacreiros que reclamam da poluição do Ribeirão Limoeiro, poluição essa causada segundo levantamentos, pelo Hospital Universitário e Companhia Skol. Não deixa de ser uma ação inédita, mas acreditamos não será a única.

A SUREHMA não possui equipamentos para análises. Os exames laboratoriais, para detectar o nível de poluição das águas, são feitos via de regra, em São Paulo. Os proprietários de chácaras alegam que a SUREHMA tem sido um órgão teórico, sem ações eficazes. Todos os riachos do Município de Londrina estão poluídos, como Limoeiro, Quati, Lindóia, Cafezal, Três Bocas, e a população tem consumido alimentos contaminados. É de se perguntar: se a SUREHMA não tem condições técnicas de solucionar problemas em simples riachos e córregos,

como enfrentará o problema que a Braskraft criará? Sabemos que três técnicos estão na Europa, buscando especialização. Mas, quando é que a SUREHMA vai sair do papel para a ação?

É esse, Sr. Presidente, o requerimento que endereçamos à Mesa, para que seja encaminhado ao Sr. Secretário de Estado do Interior.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar.

Antes porém, a Mesa registra a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Sebastião Rodrigues, bem como dos ex-Deputados Alencar Furtado e Enéas Faria.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar.

Tendo declinado, a Mesa concede a palavra ao nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez assomo esta tribuna e confesso que estava preparado na semana próxima passada, para abordar o assunto dos hospitais, que não estão levando a sério o problema do lixo hospitalar, o chamado lixo patológico. E esse lixo patológico gera, realmente, muitos problemas, não só aqui em Curitiba, como em todo o Estado do Paraná.

Estou fazendo um levantamento de hospitais do interior do Estado, e já tenho o levantamento dos hospitais de Curitiba; a situação aqui é agravante, e vou procurar analisar melhor em próxima reunião.

Apenas hoje, mais uma vez aqui, venho para protestar até contra a atitude de alguns dirigentes do Instituto de Assistência ao Menor. Porque quando veio depor na CPI do Menor Abandonado desta Casa, o Diretor do Instituto de Assistência ao Menor, Dr. Newton Grein, foi claro e taxativo quando disse que as portas daquele Instituto, bem como de todos os setores a ele subordinados, estariam abertas para os Srs. Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, não só aos Membros da CPI, como a todos os demais Deputados.

Na verdade, não foi o que pudemos comprovar. Na verdade, o que ocorreu foi uma distorção de orientação.

Acreditamos na honestidade e na conduta perfeita de trabalho do Diretor do IAM. Mas, ficamos tristes ao notar que não está havendo um perfeito entrosamento neste Instituto de Assistência ao Menor. A orientação talvez dada pelo Diretor do Instituto não foi correspondida, ou não foi exercida de maneira correta pelos Diretores deste Órgão.

No sábado próximo passado, estivemos procurando visitar o CEDIT, o Centro de Triagem situado no Bairro do Tarumã. Lá chegando, por volta das 11,20 horas, encontramos o portão principal do CEDIT trancado.

Conversamos com o jovem elemento que estava encarregado da recepção, e este informou que sábado e domingo não são dias de visitas; conseqüentemente, é vedada, é proibida a entrada de qualquer pessoa àquele Órgão.

Assim sendo, nos identificamos como Parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Foi então chamada uma funcionária de nome Ivete - esta moça, enfermeira do CEDIT, também a exemplo do que já ocorreu com o porteiro, negou a liberação da entrada deste Parlamentar, naquele Órgão, alegando que os Diretores do Instituto de Assistência ao Menor não fazem expediente, nem sábado nem domingo, no CEDIT; conseqüentemente, ela não poderia autorizar a entrada de qualquer pessoa naquele Centro de Triagem.

Então, invocamos a condição de Presidente da CPI do Menor, interessada na análise, interessada na pesquisa do que se faz no CEDIT. Ela pediu que aguardássemos, dirigiu-se ao telefone, tentou contatos com os Diretores do CEDIT. Não foi feliz, não obteve êxito, pois não encontrou nenhum Diretor que pudesse se responsabilizar pela liberação da entrada.

Conseqüentemente, voltou para nos dar a triste notícia,

triste, porque ela não estava barrando apenas um cidadão, estava barrando um representante popular, um representante desta Casa que, documentado, se identificou. Nós fizemos ver a importância daquela visita, mas mesmo assim não nos foi permitida a entrada: nenhum Diretor do Instituto de Assistência ao Menor foi localizado.

Então, trazemos esta grave denúncia aos demais Companheiros da Casa, porque o Instituto de Assistência ao Menor que tem a responsabilidade de controlar, de coordenar a situação do menor abandonado no Paraná, usando de atitudes irresponsáveis como esta que ocorreu no final de semana, só deixa, naturalmente, registrada a sua condição de órgão capenga para tamanha responsabilidade. Entendemos que o comando não é uno, que existe uma diversificação de comando, e assim sendo, onde todos mandam, na verdade a baderna é uma constante.

Fomos até o CEDIT, levados por uma denúncia de uma senhora que afirmou ter colocado naquele Centro de Triagem uma garotinha, como interna. Esta senhora visita periodicamente o CEDIT, leva bolachas, frutas para aquela criança, mas ao conversar com a menina, soube que as bolachas, as frutas, os objetos: que enfim ela leva, não são entregues à garotinha.

Perguntando então, onde estavam sendo colocados aqueles mantimentos, as frutas, os doces, o pessoal do CEDIT teria-lhe informado de que é feita uma triagem do material recolhido e distribuído indiscriminadamente entre todas as crianças.

Na verdade, segundo essa pessoa que fez a denúncia, isto não é verdade. Porque as crianças não recebem aquilo que os pais, os responsáveis, os parentes e amigos levam para o CEDIT. Ainda denunciou a alimentação inadequada que é servida às crianças, uma alimentação na base de ovo frito batido e um arroz minguaço.

Nós, para constataremos a denúncia, para obtermos uma confirmação ou não, dirigimo-nos ao CEDIT, para não subirmos a esta tribuna cometendo injustiças ou dizendo inverdades, mas da maneira como fomos tratados naquele Órgão, já que houve a barreira, já que fomos barrados, não pudemos então, confirmar essas denúncias.

Assim sendo, trazemos ao conhecimento desta Casa e dos demais companheiros, e naturalmente vamos ativar a Comissão do Menor, no sentido de procurar soluções para esta situação.

Porque não é admissível que Diretores fiquem alheios ao fato; que se afastem daquela entidade sábados e domingos, e deixem entregue o CEDIT apenas a funcionários sem grandes responsabilidades. Esses funcionários inclusive sofrem o problema quando uma criança tem uma enfermidade grave ou é acometida de algum mal súbito. De que maneira ela será transferida para um hospital? De que maneira será autorizada uma operação de emergência, se os Diretores não são localizados?

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Mário Celso, entendo que a denúncia que Vossa Excelência faz é grave e muito séria, porque esta Casa teve, na legislatura passada, uma comissão especial para tratar do assunto do Menor. E assim que Vossa Excelência assumiu o seu mandato de Deputado Estadual, imediatamente resolveu criar uma CPI do Menor, e o fez com bilhantismo e os depoimentos que aqui foram trazidos, seguramente enriquecem o acerto de informações desta Casa.

Por diversas vezes, ouvimos as autoridades do setor exatamente manifestarem o ponto de vista que todas as portas estariam abertas, e que tudo estava tão meridiano, quanto a luz do sol ao meio-dia.

Entretanto, Vossa Excelência, numa tentativa de usar essas portas, teve o desprazer de encontrá-las fechadas e ciosamente fechadas. E parece-me que inclusive, é um atentado ao mandato que Vossa Excelência exerce, por delegação popular. Creio que esta denúncia deve ser imediatamente enviada ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, Secretário

encarregado do setor e ao Sr. Diretor do Instituto de Assistência ao Menor.

Já em contrapartida, devo dar, a bem da verdade, um testemunho, embora me solidarize, integralmente com Vossa Excelência neste instante, a bem da verdade, devo dar um testemunho que, num sábado à tarde, lá pelas 16:00 ou 16:30, fui fazer uma visita de improviso ao órgão que o Instituto mantém em Campo Comprido. E lá, o tratamento que me foi dado, foi totalmente diferente do tratamento que Vossa Excelência recebeu. Realmente, tive as portas abertas e toda a facilidade para fazer a visita improvisada.

Então, parece-me que, neste caso, está havendo pessoas que querem ser mais realistas que o rei. Que querem fazer abuso de autoridade. E que seguramente, não estarão obedecendo às determinações e instruções das autoridades maiores, que aqui nesta Casa enfatizaram por várias vezes, que as portas de suas organizações estavam abertas, não só aos Srs. Deputados Membros da Comissão, mas a todo e qualquer Deputado e a todo e qualquer cidadão que desejasse fazer este tipo de visita.

Tem Vossa Excelência a minha solidariedade e, acima de tudo, entendo que esta denúncia deve ser imediatamente levada ao conhecimento do Secretário da Saúde e Bem-Estar Social e ao Diretor do Instituto de Assistência ao Menor.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência, que só vem abrilhantar ainda mais este pronunciamento, com dados concretos.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRIO CELSO — Vou conceder o aparte, meu ilustre Companheiro, só antes dizendo que já me referi anteriormente e mais uma vez friso, talvez essa decisão dos Diretores do CEDIT não seja do conhecimento do Dr. Newton Grein.

Porque, naturalmente, ele declarou na CPI do Menor, que as portas estariam abertas.

Assim sendo, é uma questão não só de moral, de palavra, como de honra. Então, entendemos que talvez ele desconheça esta decisão dos seus diretores. E aí então, é que nós, mais uma vez frisamos, deixamos claro, que o comando do IAM não está sendo uno, não existe uma determinação una. Realmente, vários diretores estão procurando atrapalhar o trabalho que vem sendo realizado, trabalho sério, pelo Diretor do IAM.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço a atenção de Vossa Excelência, nobre Deputado.

Não pude ouvir o seu pronunciamento desde o início, mas tive a oportunidade de ver, através dos jornais, a notícia de sua visita ao CEDIT, não sendo atendido.

É lamentável, foi num sábado — segundo noticiário dos jornais...

O SR. MÁRIO CELSO — Sábado, pela manhã.

O Sr. Gilberto Carvalho — ... e esse não recebimento, nobre Deputado, deve ser dado ao fato de estarem lá somente os auxiliares, porteiros, e ninguém da Diretoria para atender Vossa Excelência, porque...

O SR. MÁRIO CELSO — Ausência de Diretores, ficou patente.

O Sr. Gilberto Carvalho — ... porque o Diretor do IAM, e Vossa Excelência sabe, quase que todo o fim de semana tem viajado para o interior, tentando entrar em contato com outros órgãos em vários municípios do Estado. Ele tem feito um trabalho quase que constante, sem interrupção, até aos domingos, e é normal que um trabalho estafante como aquele no CEDIT, aos sábados algum diretor deve ter saído, deve ter sido dispensado já por orientação do Diretor, e o pessoal que lá estava não estivesse orientado para receber. Mas não quer dizer, com isso, que houvesse qualquer impedimento ou qualquer orientação superior, para não recebimento do Deputado ou de quem quer que seja.

Mas, tenho certeza que esta denúncia que Vossa Excelência faz, sendo levada ao conhecimento do ilustre Diretor do

IAM, só irá aprimorar aquele trabalho, determinando, de agora em diante, que, aos sábados, quando não estão lá os diretores, fique alguém para solucionar este caso.

Quanto a não localização, não vejo qualquer crítica por não encontrá-lo através do telefone, porque se estão dispensados no sábado, não é preciso que alguém esteja dando plantão ou o próprio diretor que está em viagem.

Mas, quero garantir-lhe, que conheço muito bem, como Vossa Excelência conhece, as intenções do Diretor do IAM, que é das melhores possíveis. E, se houve esta falha na ausência de um diretor, no sábado, ele deverá tomar providências para que, se não ficar um diretor, alguém ficará responsável para solucionar este caso.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência, sempre muito coerente e gentil, e que veio naturalmente também trazer palavras de elucidação de fatos.

Queremos apenas, deixar claro que alguém tem que ser responsabilizado, porque a informação dos funcionários é de que, nos sábados e domingos, e não nesse sábado especificamente, os diretores não comparecem ao CEDIT, e lá estão várias crianças internadas, e estão sujeitas, naturalmente, a vários problemas de todas as ordens.

Assim sendo, alguém tem que ser responsabilizado. Poderia ter sido um outro companheiro desta Casa; poderia ter sido um Vereador do Município, o Prefeito Municipal, até o Governador ou um Secretário de Estado, e tal seria a surpresa se esta entidade tivesse barrado realmente qualquer um desses elementos.

Então, por isso, trago esta denúncia à Casa, porque considero grave. Graças a Deus, nada de maiores consequências ocorreu ainda no CEDIT, que eu tenha conhecimento, mas, poderá ocorrer, e aí será tarde. Então, prefiro prevenir do que remediar.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara — Apenas com o propósito, Deputado Mário Celso, de solidarizar-me com Vossa Excelência, numa campanha das mais nobres que Vossa Excelência abraçou, e que toca fundo na sensibilidade de nós, brasileiros.

Quero dizer da minha insatisfação quando li pelos jornais que Vossa Excelência foi barrado nas portas daquela casa recuperadora de menores, sob a alegação pueril, uma alegação sem fundamento, de que não existia um Diretor; portanto, Vossa Excelência, como representante do povo, foi barrado.

E o que é mais grave, além de ser Deputado representante do povo, Vossa Excelência está com outra responsabilidade muito mais séria, muito mais importante, qual seja, a de Presidente desta Comissão.

Mesmo que Vossa Excelência não fosse Deputado, teria que ser respeitado o condicionamento que Vossa Excelência representava no momento, ou seja, o de Presidente da Comissão do Menor.

Tenho certeza, pelo que ouvi, que essa notícia que tomou de assalto a todos nós, sensibilizou a todos os paranaenses que tomaram conhecimento do fato pela imprensa. Todos estão ao seu lado, sentindo as frustrações que Vossa Excelência sentiu quando da visita àquela entidade.

Vossa Excelência fique certo, contou pontos com esse infeliz incidente.

Receba, pois, a minha solidariedade e do povo do litoral, pela causa que Vossa Excelência abraçou.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO CELSO — Ilustre Deputado Nelson Buffara, muito obrigado.

E só para concluir, Sr. Presidente, deixo claro que não pretendo fazer nenhuma visita a essas entidades com prévio aviso. Não pretendo, porque passaria a ser "carta marcada".

Entendo que esse tipo de visita só é válido quando feito em caráter de flagrante. Porque, dessa forma, estaremos convivendo com a realidade desses setores e não com aquela embalagem falsa, cujo conteúdo é desagradável.

Por isso, pretendemos, sempre que possível, fazer visitas a essas entidades, mas sem nunca darmos um aviso prévio.

Já fomos, por várias vezes, convidados para almoçar, para jantar com menores, nessas entidades. É claro que teríamos o maior prazer em participar de uma confraternização desse tipo. Mas, não nos cabe, no momento em que fazemos levantamento de problemas de entidades assistenciais de menor abandonado. Não cabe esse tipo de confraternização, nesse momento.

Por isso, preferimos continuar nosso trabalho, que é sério, profundo, visando naturalmente o bem-estar do menor abandonado. E qualquer tipo de denúncia que nos chegue — doa a quem doer, sob pressão ou sob ameaça — estaremos visitando entidades, visitando órgãos e onde as portas estiverem fechadas, as denúncias serão trazidas aqui, à Casa do povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No horário reservado ao MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de ter sido pressionado pelo povo brasileiro, e ter atendido a verdadeiros reclamos nacionais — em parte, com uma anistia restrita, o atual regime, continuando na sua cronologia de obtenção de metas não muito claras, vem, agora, de maneira nebulosa tentar impingir à Nação uma falsa reformulação partidária.

No nosso entendimento, Sr. Presidente, reformulação partidária séria, seria aquela feita após a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que, aí sim, possibilitaria à Nação, o debate de todos os seus problemas.

E, no fim, teríamos então, a formação de partidos autênticos, representativos de todas as tendências de pensamento que existem no Brasil.

Mas, o regime que aí está, procura se manter, de toda a maneira, no poder. Varia a roupagem, mas os seus objetivos são os mesmos; mas nós, dessa tribuna, e através de tantos e tantos outros pronunciamentos, temos procurado ver o caráter anti-popular desse regime que se instalou em 1.964. Um regime que nada mais fez do que assegurar os privilégios das classes dominantes.

O Presidente Nacional do MDB, através de uma nota firme se dirige à Nação e ao próprio Presidente da República, e o meu objetivo hoje, nessa tribuna, é fazer com que fiquem aqui, nos Anais desta Assembleia Legislativa do Paraná, as palavras que foram ditas pelo Presidente Nacional do meu Partido.

Diz a nota:

"Pelo partido plebiscitado por 17.500.000 eleitores contra 13.000.000 da ARENA, nas últimas eleições majoritárias, falo à Nação e ao Presidente da República. A política é elaborada pela sociedade, e não pelo aparelho do Estado. São impotentes os expedientes e manipulações adulteradores dos institutos de representação, como o Congresso e os partidos, porque na rua reage gerando forma de representações reais, salutaras, paralelas e simultâneas.

Os estratagemas da filiação partidária equivalente à suspensão de direitos políticos, as cassações de mandatos, inclusive de três líderes oposicionistas para exemplar pelo terror de inverter maiorias como ocorreu no Rio Grande do Sul.

A fabricação de sub-legendas sub-reptícias, e continuista à criação de partidos, a farsa de eleições indiretas mascarando nomeações diretas de governadores, prefeitos e senadores biônicos. A proibição fascista de acesso da Oposição ao rádio e à televisão, nas campanhas eleitorais.

Essas e outras manipulações golpistas tiveram as seguin-

tes respostas da sociedade, não consultada e espoliada de sua vontade política: crescimento acelerado e contínuo do MDB, estatística do "não" popular ao escárnio das mordomias, dos contratos de risco, da inflação que atesta o desgoverno, dos empréstimos externos e internos que vulneram os coeficientes de solvabilidade, da rapina salarial de um sistema financeiro que coopta multinacionais e que socorre o estouro de empresas criminosamente gerenciadas para a especulação e toma a casa de trabalhadores em débito com o Banco Nacional de Habitação.

Germinação espontânea e impetuosa de formas representativas de protesto, reivindicação de origem operária, universitária, paroquial, de artistas e intelectuais, através de passeatas, comitês, movimentos organizadores pró-anistia, contra carestia, reorganização da UNE, desafiando o veto do sistema e a revogação real do AI-5, pela desobediência civil dos metalúrgicos em greve antes de sua revogação formal e solene em Brasília.

A sociedade é maior e mais forte do que o Estado e o Brasil não é sub-produto do Palácio do Planalto. Quinze anos de equívocos e derrotas populares confirmam que o crime não compensa.

Nesta esteira sinistra está a apelidada reforma partidária, que pelas ameaças anunciadas será um crime contra a democracia e uma tolice política.

O Presidente da República não pode perpetrá-lo nem desmoralizar-se com a sandice.

Não deve ouvir os conselhos suspeitos dos beneficiários do poder, para uso próprio e de parentes, nem os conselhos de juristas amigos do príncipe e dos patrões políticos como os teve o nazismo e o fascismo.

Essa desastrosa reforma partidária converteu-se em rumoroso censo de discordâncias e controvérsias. A Nação repelirá o insulto das manobras forjadoras do simulacro de um pluripartidarismo para, em verdade, privilegiar um partido situacionista unido e a desunião da Oposição; a fétida prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores, a proibição antidemocrática de coligações, o voto distrital e o policalesco fechamento do Partido da Oposição.

O teste de sinceridade para criação de partidos autênticos e não fantoches será precisamente respeitar o desejo e o direito do MDB sobreviver, pois é um partido que exercita a vocação da democracia, de explicitar e registrar discordâncias, inclusive internas, sem carismas nem condutores iluminados, humanamente com acertos e erros, basicamente plantado na classe média, operária e universitária do País.

Ainda há tempo e ainda há esperança. Como brasileiro, ainda confio que o Presidente não cometa tal desatino.

Em sua fala comemorativa do 7 de setembro, o Presidente disse que D. Pedro I, o Libertador, era neto da Rainha Maria, carrasca de Tiradentes.

Que o Chefe da Nação seja Pedro e não Maria, para que sua honrada espada não se degrade na corda que enforcará a abertura que prometeu e o juramento de transformar em democracia este País".

Era esta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a nota que o Movimento Democrático Brasileiro, através de seu Presidente, deu conhecimento à Nação. Atrás dessa reformulação partidária falsa e mentirosa, que o Governo quer impor à Nação brasileira, vemos a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores em 1.980, como já exigia o ex-Ministro Simonsen quando convidado para continuar no "staff" governamental.

Disse ele que continuaria, mas que era preciso a adoção de medidas impopulares que não poderiam ser combatidas se aqui no País se realizassem eleições municipais no ano de 1.980.

E atrás dessa reformulação partidária também, Sr. Presidente, estão outros objetivos do atual regime, como a nova

indicação indireta dos futuros Governadores em 1.982.

Temos lido que esta pretendida reformulação partidária está sendo combatida não só pelos homens da Oposição, mas inclusive por muitos políticos da ARENA, inclusive, que não estão dispostos a sofrer também, esta violência da imposição do chamado "Arenão", fazendo com que todos sejam submetidos à vontade de poucos que dominam este País, ao mesmo tempo em que querem fazer a implosão do MDB, criando falsamente novos partidos, para que a Oposição que luta em favor das mais legítimas e sentidas causas populares, se desagrege para que este capitalismo selvagem continue a fazer a exploração de Norte a Sul, que está fazendo dentro desse sofrido Brasil, dentro desta sofrida América Latina, através de todos esses outros regimes fantoches que se igualam também à ditadura que está implantada neste País.

E esperamos que, através da ação, da energia dos verdadeiros democratas, tenha brevemente o seu fim, que seja sepultado pelos democratas deste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa consulta à Liderança da ARENA, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Tramita nesta Casa, um requerimento pedindo informações, requerimento este subscrito pelo nobre Deputado Nestor Baptista, à Secretaria da Administração, e com relação à concorrência ali realizada.

Evidente que, em todas as matérias que envolvem suspeição de honorabilidade por parte do Governo, é importante que o Governo venha a esta Casa dar as cabais explicações, que não deixem nenhuma margem de dúvidas sobre o procedimento do Governo na condução dos negócios públicos. (Lê):

"Em resposta ao pronunciamento do eminente Deputado Nestor Baptista, é dever público trazer a esta Casa os esclarecimentos necessários.

A Comissão de Licitação instituída para proceder o julgamento das propostas para execução de serviços de vigilância, limpeza e conservação nos Edifícios Humberto de Alencar Castelo Branco, Caetano Munhoz da Rocha e Affonso Alves de Camargo, definiu critérios para APRECIÇÃO DAS OFERTAS, consoante a autoridade da qual estava investida por força dos dispositivos legais, que possibilitassem a escolha da "mais vantajosa" para a Administração Pública, ou seja, aquela que atendessem plenamente ao objetivo da licitação, demonstrando ser técnica e financeiramente exequível, posto que a Administração não deseja o impossível, mas o exequível, nas condições mais vantajosas; que nem sempre são as de menor preço; condição esta, que constou do Edital da Concorrência ao qual se deu legal e ampla divulgação.

1. Os critérios adotados pela Comissão de Licitação para julgamento das propostas, foram:

1. O estabelecimento do custo homem/hora com base na Convenção Coletiva dos Trabalhadores do Comércio do Estado do Paraná que estabeleceu como **piso salarial** para a categoria o salário mínimo regional acrescido de 10% mais os encargos sociais e trabalhistas, efetuando-se a projeção de custo para a empresa, e 1 (um) ano, prevendo seu acréscimo de custo em maio de 1.980 (reajuste salarial mínimo).

II. A partir do custo homem/hora buscou-se a composição do custo serviço/hora (Cr\$ 21,87,) composto pela soma de:

- a) custo homem/hora
- b) Custos operacionais equivalentes a 20,5% do custo homem/hora e representados por uniformes, transportes, material de limpeza, manutenção e depreciação do equipa-

mento.

c) Taxa de Administração, incluindo presunção de lucro e ônus com imobilização de equipamentos, correspondente a 10% sobre o preço homem/hora;

d) Imposto sobre Serviços (ISS), fixado em 5% por lei municipal.

Com base neste critério, buscou-se o preço hora/serviço ofertado pelas Empresas concorrentes, obtido pelo quociente do preço mensal pelo número de hora/homem/mês ofertado.

Todas aquelas cuja oferta foi inferior ao valor de Cr\$ 21,87, foram desclassificadas pela sua manifesta inexecutabilidade de critério este não só amparado pelo Decreto-Lei n.º 200/67, que rege a matéria da licitação, como também pela unanimidade dos administrativistas brasileiros, entre os quais o eminente Professor Hely Lopes Mirelles que, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, pág. 266, 3ª edição, refundida, expõe:

"A inexecutabilidade manifesta da proposta evidenciada comumente nos preços excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega na inviabilidade técnica da oferta e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes, mas até então desconhecidos, ou supervenientes, verificados pela Administração, equipara-se à desconformidade com o edital. Assim, desde que o órgão julgador a demonstre, legitima a **desclassificação**, porque a Administração não deseja o **impossível**, mas o exequível, **nas condições** mais vantajosas para o serviço público".

Com aplicação deste critério foram classificadas 50% das concorrentes.

III. O critério seguinte baseou-se em documento encaminhado à Comissão de Licitação pelo responsável pela administração dos edifícios, objeto da concorrência, no qual vem expressa a necessidade mínima de horas de serviço necessárias à perfeita execução da limpeza e conservação exigida.

Este documento constituiu-se como um dos parâmetros para o julgamento da Comissão, por se tratar, no entender desta, elemento comprobatório da necessidade mínima estimada por autoridade que pelo exercício de sua função, o qualifica para tal. Ressalte-se, entretanto, que constituiu-se em critério auxiliar.

IV — Finalmente, as empresas que atenderam as exigências dos critérios anteriores, foram **classificadas pelo menor preço**.

2. Esclarecidos os critérios de julgamento, é ainda meu dever imperativo elucidar as dúvidas apontadas pelo ilustre Deputado:

I — Que não houve a irregularidade apontada, de vez o processo licitatório está revestido de todas as formalidades legais, obedecidos os critérios anteriormente enunciados, assim sendo, não procede a afirmativa de que "houve acerto prévio para favorecer uma empresa em detrimento das demais". Nem "tampouco" a Comissão deixou de respeitar os princípios de honestidade que se deve exigir por todos os responsáveis pelo dinheiro público";

II — Quanto ao menor preço, também não procede a afirmativa precipitada do ilustre Deputado, porquanto, além da Lei que rege os princípios da licitação facultar à Administração Pública o estabelecimento de outros critérios que não simplesmente o "MENOR PREÇO" como fundamental, ainda tal assertiva é por demais corroborada dentre os melhores juristas brasileiros como o conceituado Professor Carlos Leopoldo Dayrele em sua apreciada obra "Das Licitações na Administração Pública", pag. 39 e 40, cujo teor passo a ler:

"Foi justamente na fixação dos critérios para julgamento das licitações que a lei atualmente em vigor (o Decreto-lei n.º 200) introduziu importantes e inteligentes modificações, que atendem de modo racional e lógico aos elevados interesses do serviço público.

O elenco de inovações foi, sem dúvida, produto das várias reivindicações e dos veementes reclamos da doutrina, da jurisprudência, e muito mais da própria Administração que, diretamente sentindo os problemas, sobremaneira se prejudicava dos critérios rígidos e draconianos da legislação agora revogada.

A norma legal anterior (art. 743 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública) não permitia à autoridade administrativa o estudo mais acurado e profundo das propostas do ponto de vista das reais vantagens que oferecessem, e isto por determinar que a concorrência devia caber de direito ao autor da proposta mais barata, por mínima que fosse a diferença entre ela e qualquer outra.

Tendo todavia em vista que, na seleção das propostas, o que se visa é conseguir o melhor negócio para o Estado, os doutrinadores e a jurisprudência foram atenuando o rigorismo da lei, dando-lhe interpretação mais condizente com os interesses da Administração.

Assim, passou a ser entendido que a locução "mais barata, usada pela lei, deveria traduzir-se como a "mais vantajosa", ou seja, a que oferecesse um conjunto de condições de maior interesse público. Deste modo, a proposta mais barata seria aquela que, no conjunto, mais atendessem à conveniência e aos objetivos do Estado, já que a simples circunstância do preço mais barato, sem conexão com outros critérios relativos à qualidade do material ou mercadoria, prazos de entrega e realização, poderia ensejar até o estímulo a propostas descabidas e desonestas.

O legislador brasileiro, atento ao problema gerado pelo rigorismo da lei então em vigor, quiz, com a Lei n.º 4.401, de 10 de setembro de 1964, abrandar um pouco a rigidez existente, ao permitir que a comissão julgadora da licitação, na ocorrência de razões de ordem técnica, considerasse vencedora outra proposta que não a de menor preço, visando evidentemente à maior conveniência do serviço público.

Como reflexo de tantas polêmicas e discussões, as quais é bom se diga só foram benéficas pelos seus resultados, o legislador veio a instituir, no Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, critérios muito mais sensatos e mais lógicos para a escolha da melhor proposta, perdendo de vez toda a relevância e exclusividade a questão do preço menor. Com efeito, o art. 133 do citado Decreto-lei dispõe, e com grande lucidez:

"Na fixação de critérios para julgamento das licitações levar-se-ão em conta, no interesse do serviço público, as condições de qualidade, rendimento, preços, condições de pagamento, prazos e outras pertinentes estabelecidas no edital".

Desta forma, se dois ou mais licitantes se propõem a, por preços diferentes, fazerem o fornecimento de artigos de fabricantes ou marcas diversas, pode o julgamento rejeitar a proposta de menor preço, para preferir, no interesse do serviço público, a que se comprometer à entrega de material que a experiência já houver demonstrado como de maior resistência e de melhor qualidade."

Também, assim entende o Professor Hely Lopes Meirelles que bem traduz, às pág. 267, de sua já mencionada obra.

Recomendo a consulta de ambas as obras que norteiam as decisões dos administradores públicos, ao meu nobre Par.

Assim, parece precipitada a afirmativa do Ilustre Deputado de que "o preço é justamente o critério principal em todos os lugares do mundo."

Acresce ainda que a vencedora não foi a de maior preço e sim o de **menor preço dentre as qualificadas**.

III. Quanto ao exemplo dado pelo Ilustre Deputado, quando cita a eliminação de uma das Empresas, esclareço que a mesma foi desclassificada não pelo critério da qualidade/hora do Serviço proposto, mas sim pelo primeiro critério, ou seja, o de preço base por esta hora de serviço denunciando

sua inexecutabilidade.

IV. A Comissão deu amplas condições, em todos os momentos do processo licitatório a que as concorrentes recorressem ou solicitassem as informações, conforme documentos constantes do respectivo processo.

É verdadeira a afirmativa do nobre Deputado de que a Associação Profissional das Empresas de Asseio do Estado do Paraná pediu esclarecimentos à Comissão, através de seu Secretário em data de 03 de julho do corrente - documento às folhas 33. Todavia, não é verdadeira a afirmativa de não obtenção de resposta, isto porque obteve os necessários esclarecimentos, conforme Certidão por ele mesmo firmado.

Igualmente, não procede que "o Governo tenha envidado todos os meios para impedir que as Empresas concorrentes que se considerarem prejudicadas tivessem respostas para seus apelos formais", prova disto é que a Associação através de Empresas, dentre as quais a AMBIENTAL - Limpeza e Conservação Ltda., recorreu da decisão da Comissão pedindo anulação da Concorrência, obtendo resposta formal em data de 27 de julho, às fls. 266 e seguintes do processo de licitação.

O que é de estranhar, entretanto, é o documento de fls 272 e seguinte, da Empresa AMBIENTAL - Limpeza e Conservação Ltda., uma das signatárias do recurso, que põem em dúvida a validade dos objetivos preconizados no instrumento interpelatório, cujo teor passo a ler, para conhecimento do Ilustre Deputado e meus nobres Pares.

À

Coordenadoria Administrativa Setorial e Regional
da Secretaria da Administração do Estado do Paraná
N/ CAPITAL

Prezados Senhores:

Ref. **CONCORRÊNCIA N.º 01/79:**

Sendo um dos signatários de uma carta de ratificação dos termos de um determinado recurso, supostamente apresentado pela Associação Profissional das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná, referente à Concorrência supra mencionada, realizada às 14,00 horas do dia 16/07/79, estamos nos dirigindo a V. Sas., com o objetivo de esclarecer o seguinte:

Poucos dias após a apresentação do referido Recurso, fomos procurados em nosso escritório, pelo Tesoureiro da Associação, Sr. Álvaro Lins de Alencar, o qual nos apresentou uma carta cujo conteúdo referia-se à ratificação dos Associados e de todos os participantes daquela concorrência, os quais também assinariam o referido documento.

Face a estas circunstâncias, embora não tivéssemos motivos próprios para recorrer àquele expediente, não hesitamos em, solidariamente, assinar aquela carta, mesmo não tendo conhecimento dos termos do recurso a que ela se referia, pois não nos ocorreu naquela oportunidade estarmos sendo envolvidos por uma minoria de pessoas que, em causa própria ou seja lá por que motivo, o haviam elaborado.

Como até a presente data não nos foi dado conhecer o conteúdo daquele recurso e, face às circunstâncias indefinidas que envolveram este episódio, estamos nos dirigindo a esta Coordenadoria no sentido de esclarecer estes fatos e solicitar considerem sem efeito nossa participação no referido documento.

Queremos ainda solicitar aos digníssimos membros daquela Comissão Julgadora, então presidida pelo Dr. Daniel Russi Filho, aceitem nossas mais sinceras excusas pessoais, pois jamais nos ocorreu em tempo algum, concordar com qualquer insinuação que viesse a colocar em dúvida a idoneidade pessoal dos membros daquela Comissão.

Sem mais, certos da compreensão de V. Sas. antecipamos nossos agradecimentos e colocando-nos à sua inte-

ra disposição, firmamo-nos”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estes são os documentos que acompanham esta justificativa que o Governo do Estado do Paraná presta a um dos mais eminentes membros do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

E o faz em respeito à sua brilhante atuação e o faz ainda em respeito à oposição que tem e deve questionar todas as vezes que atos do governo parecerem menos acertados.

Nestas condições, é que venho à tribuna, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, com muito prazer, trazer as respostas ao nobre Deputado Nestor Baptista, que examinando-as terá oportunidade de verificar da lisura, do comportamento do Governo, neste episódio.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Hélio Duque.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 203/78, que eleva para 21 (vinte e um) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 203/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Cascavel, passa a contar a partir da próxima Legislatura com 21 (vinte e um) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 89/79, que declara de utilidade pública a “Casa de Recuperação Nova Vida- Crenvi” com sede e foro nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 89/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CASA DE RECUPERAÇÃO NOVA VIDA — CRENVI, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 90/79, que declara de utilidade pública a “Creche Anjo da Guarda”, com sede e foro na Cidade de Campo Largo.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 90/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CRECHE ANJO DA GUARDA, com sede e foro na Cidade de Campo Largo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 93/79, que autoriza transferir à Telecomunicações do Paraná S/A.— TELEPAR —, Lote de terreno de propriedade do Estado situado na planta urbana do Município de Itapejara do Oeste.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 93/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Telecomunicações do Paraná S/A. - TELEPAR —, o lote n.º 3, da quadra n.º 75, da planta urbana do Município de Itapejara do Oeste, de propriedade do Estado do Paraná, conforme averbação à margem da transcrição n.º 9.682, Livro 3-J, do Registro de Imóveis de Pato Branco, lote este de forma irregular, com área de 710 m2, fazendo frente para a Rua Fernando Ferrari, onde mede 20 m, confrontando, de um lado, com o lote n.º 2, onde mede 38m, de outro, com o lote n.º 4, onde mede 33m, e, nos fundos, com parte do lote n.º 6 e parte do lote n.º 7, onde mede 20m.

Art. 2.º — A transferência de que trata o artigo anterior será procedida a título de integralização por parte do Estado do Paraná, em futuro aumento de Capital da Telecomunicações do Paraná S.A.— TELEPAR, mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades da legislação pertinente.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 99/79, que declara de utilidade pública a “Ação Social São João Batista”, de Lontrão, Município de Imbituva.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 99/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a AÇÃO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA, da localidade de Lontrão, Município de Imbituva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/78 - de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Rio Azul, imóvel de propriedade do Estado, constituído de área de terras, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. e SUBSTITUTIVO GERAL da C.T.I.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/79 - de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que declara de utilidade pública o “Albergue Noturno Casa do Caminho de Apucarana”, com sede na Cidade de Apucarana. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/79 - de autoria

do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a "Escola de Educação Familiar Rural de Castro", com sede na Cidade de Castro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 83/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita do Município de Céu Azul - para consulta sobre a criação do Município de Vera Cruz do Oeste. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 84/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita do Município de Assis Chateaubriand, para consulta sobre a criação do Município de Tupassí.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 85/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito na área do Município de São João do Ivaí - para consulta à população sobre a criação do Município de Lunardelli. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 86/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica, do Município de Salto do Lontra. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita do Município de Cascavel, para apreciação da proposta de emancipação do Distrito de Cafelândia.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Presidente da Chapa Universitária e membros de sua Diretoria eleitos, para o Diretório Acadêmico da FECIVEL.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao IPE, em forma de pedido de informações a respeito dos pensionistas.— **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procerá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.— (Pausa)

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram permanecer como estão.— (Pausa)

11 Srs. Deputados o aprovam;

11 Srs. Deputados o rejeitam.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

Responderam à chamada nominal 28 Srs. Deputados. Não há "quorum" para votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso,

lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, alertando para a violência que vem sendo utilizada pelos homens que cuidam da segurança pessoal do Presidente da República.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Flávio Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo providências com relação a atuação da SUREHMA, em Londrina.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo e congratulações, junto ao Sr. Presidente da República, pela designação do Sr. Deputado Norton Macedo Correia para integrar, como observador parlamentar, a Delegação Brasileira que abrirá os trabalhos da Assembléia Geral da ONU.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, visando a criação e instalação do ensino de 2.º grau nos Distritos de Campo Mourão, que são Luiziana, Piquirivá e Farol.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputados Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DER, no sentido de que autorize os melhoramentos do acesso rodoviário à AGRO-INDUSTRIAL SANTA LAURA.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Administração, no sentido de que seja anulada concorrência pública estabelecida pelo Edital de Concorrência n.º 1/79.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de sugestão, no sentido de que o mesmo convide os Secretários das Finanças de diversos Estados produtores de café.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Banco Maisonave, pela inauguração, em Curitiba, na primeira agência comercial em nosso Estado.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo informações com respeito a atividades da direção administrativa da FUNDEPAR.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 102/79, 106/79 e 107/79.

Levanta-se a sessão.